

Pela cópia (a) Therezinha C. Teixeira, encarregada do Expediente Padrão "I" da Câmara Municipal.
Visto: (a) ilegível) p/ João Antônio Monteiro — Diretor Geral.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Luciano Lepora (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Waldemar Lopes Ferraz — (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Murilo Sousa Reis. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Archimedes Lammoglia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Nicolau. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, nunca é demais retornar a determinados assuntos, principalmente quando se prendem a problemas de interesse coletivo, como é o caso da farinha de trigo, cuja incidência na falta de abastecimento normal propicia situações penosas aos consumidores. Alimento principal do povo, o pão não tem a sua distribuição garantida normalmente, em virtude de certas anomalias que, em última análise, influem substancialmente no seu custo. A verdade é que há longo tempo se observa falta de farinha de trigo no mercado. Havendo falta do produto, funciona inevitavelmente, o mercado negro, e, conseqüentemente, a alteração nos preços, prejudicando a economia popular. Ao abordarmos este problema, não nos move qualquer outra preocupação que não seja a de contribuir para a sua solução e a de ressaltar os interesses do povo. Por isso, não queremos saber a quem cabe a responsabilidade da insistência dos males que atingem o mercado e a industrialização da farinha de trigo. O que reclamamos, e com toda a veemência, é que o problema seja resolvido em condições de se impedir o abuso que está sendo cometido com esse produto. Estatísticas elaboradas com base na chegada de navios trigueiros para abastecimento da região centro-sul do País, apontam um déficit de cerca de 400 mil toneladas, no ano de 1960, enquanto que em 1959 faltaram mais de 500 mil toneladas, sendo certo, de outra parte, que o consumo normal de trigo, só em São Paulo, pede quantidade estimada em 120 mil toneladas mensais, equivalente a 1.440.000 toneladas anuais. Dessa forma, verifica-se que se impõe uma revisão nas cotas dos moinhos, para mais perfeito abastecimento, a fim de solucionar a periódica falta de farinha de trigo, atualmente grandemente agravada. De outra parte, deveria o Governo voltar ao rigoroso cumprimento de suas próprias determinações, no tocante à obrigatoriedade de os moinhos terem silos para serem autorizados a operar o que atualmente não vem ocorrendo, havendo alguns que, ainda, não possuem esses indispensáveis armazéns de cereal a ser industrializado. Ainda há a considerar o problema do trigo nacional. O Brasil já foi um dos maiores produtores e exportadores desse cereal, mas a incuria de governos do passado teve o condão de transformá-lo num dos maiores importadores de trigo. Por estas razões, concluímos que o problema do trigo precisa e deve ser imediatamente equacionado pelo Ministério da Agricultura, encontrando-se uma solução capaz de impedir o abuso do comércio negro, das elevações nos preços do produto e formular nova manipulação das cotas destinadas aos moinhos.

Era o que tínhamos a dizer, apelando ao Governo da República para que tais objetivos se concretizem sem demora.

Outro assunto: Sr. Presidente, na forma regimental, requero seja inserido na Ata dos nossos trabalhos um voto de congratulações com o "Grande Jornal Falado Tupi", da P.R.G. 2 e seu Diretor, Coripeu de Azevedo Marques, pelo transcurso, hoje, dia 2 de abril, de seu 20.º ano de existência.

Requero, outrossim, seja dada ciência da decisão desta Casa ao Diretor Geral das Emissoras Associadas, Sr. Edmundo Monteiro e ao Sr. Coripeu de Azevedo Marques, Diretor e orientador daquele órgão de divulgação.

Justificativa — O "Grande Jornal Falado Tupi", foi lançado ao ar em 1942. Pode-se dizer que foi esse o primeiro completo veículo de informação levado ao lar brasileiro pelo rádio.

Os homens de então, responsáveis pelo rádio não haviam sentido bem a importância de seu uso na complementação informativa da imprensa escrita. Recém saído de sua fase heróica, o "broadcasting" era denominado pelos programas de novelas, músicas e revistas. A sua intenção era mais de divertimento do que de informação. Nesse terreno, o máximo que se fazia era a transmissão de pequenos informativos, que nunca ultrapassavam o período de 15 minutos, e assim mesmo, somente em algumas emissoras e em um ou dois horários. O resto, eram notícias rápidas, colocadas entre um e outro programa musical. Foi nessa situação que apareceu o "Grande Jornal Falado Tupi", alguma coisa que vinha revolucionar o ambiente informativo nas emissoras brasileiras.

A iniciativa surgiu do jornalista Carlos Rizzini, que na ocasião se encontrava em São Paulo como Diretor-Geral dos jornais e das emissoras "Associadas". Promovia uma renovação nos programas da Rádio Tupi, imprimindo-lhe uma atitude agressiva no sentido da conquista dos ouvintes.

Não se pode negar a vitória decisiva dessa extraordinária realização. É sem dúvida, o "Grande Jornal Falado Tupi", o que leva às populações mais distantes dos centros adiantados, não só do nosso interior como dos demais Estados da Federação, as informações mais rápidas, bem como, põe em destaque o problema das comunas interioranas. Pela divulgação das coisas dos municípios brasileiros e, principalmente dos paulistas, é considerado como o "Diário Oficial do Interior". Pela orientação dada pelo veterano jornalista Coripeu de Azevedo Marques, auxiliado por uma equipe de valerosos homens de rádio, esse jornal falado tornou-se, realmente, o defensor permanente das necessidades interioranas.

Sendo uma grata efeméride para o jornalismo e rádio paulista e brasileiro, é que apresentamos a presente proposição, que certamente terá a aprovação da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra a nobre deputada Conceição da Costa Neves.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES — (Sem revisão do orador) — Ilustre deputado e digníssimo Presidente Roberto Abru Sodré, vamos enviar ao Sr. Presidente da República cubana, — se é que é presidente — um telegrama com o seguinte texto:

(Lê)
Exmo. Sr. Dr. Oswaldo Dorticós
DD. Presidente da República de Cuba
Havana — Cuba

Os deputados à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo que este subscrevem, pedem, em nome da humanidade, clemência para os mil e duzentos prisioneiros que estão sendo julgados em Havana.

Na esperança de serem atendidos e agradecendo-lhe ainda em nome da humanidade,

Conceição da Costa Neves
Benedito Matarazzo
Mario Telles
Leônidas Camarinha
Wilson Lapa
Gustavo Martini
Francisco Franco
Walter Santana Menk
Fernando Mauro
Orlando Zancaner
João Sussumo Hirata
Anibal Haman
Geraldo Antônio Martins
João Hornos F.
Nicola Avalone Jr.
Leônico Ferraz Jr.
Athé Jorge Coury
Augusto do Amaral
Costabile Romano
Dante Perri
Oswaldo Santos Ferreira
Juvenal Rodrigues de Moraes
Leonardo Ceravolo
Archimedes Lammoglia
Onofre Gusen.

Outro assunto, Sr. Presidente: o ilustre deputado Cunha Bueno, que foi um dos mais brilhantes e eficientes representantes do povo deste Estado nesta Casa — constituinte e Secretário de Estado — pronunciou, sexta-feira passada um magnífico discurso na Câmara Federal, que é, sobretudo, autêntica aula de História. E' este discurso, Sr. Presidente, que passo a ler a fim de que conste dos Anais desta Casa para manuseio dos interessados daqui e de fora deste Parlamento.

(N. da T. — O discurso a que se refere a oradora vai publicado, na íntegra, no final da sessão.)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Archimedes Lammoglia.

O SR. ARCHIMEDES LAMMOGLIA — Sr. Presidente, Srs. deputados, estamos passando à Mesa indicação que deverá ser encaminhada à Secretaria da Educação, no sentido de que seja criada, no Grupo Escolar "Tancredo do Amaral", de Salto, uma classe pré-primária.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. deputados, não estamos propriamente pleiteando a criação da referida classe, pois que a mesma existia todavia, por engano da Delegacia, foi ela extinta no ano passado, ficando mais de 30 crianças sem poderem frequentar aquele tipo de escola. Aliás, não é esta a primeira vez que a Delegacia de Ensino de Sorocaba se engana desse modo. Também no ano passado ocorreu idêntico erro num dos grupos escolares de Itu. Quando uma professora deveria ser chamada para a sua escolha de remoção, a classe que, por justiça, por direito e por mérito lhe era destinada, foi extinta, apesar de em todos os registros e mapas, relatórios mensais haver sido incluída, permanecendo implacável e clamorosa injustiça, contra a abnegada professora que se viu obrigada a recorrer ao mandado de segurança para a reparação do erro. Ao que nos parece vai ocorrer agora, ainda na cidade de Indaiatuba, o mesmo, quando se comenta a extinção de sete classes nos grupos escolares existentes, para as quais existem professoras classificadas por mérito, por direito e por justiça. Não acreditamos, porém, que possa vir a acontecer tal ocorrência, na Delegacia de Campinas, muito bem conduzida pelo dr. Junqueira, seu titular.

Portanto, esta indicação — temos certeza — merecerá o beneplácito da Delegacia e da própria Diretoria de Ensino, pois que a classe já existia, sendo, por engano da Delegacia Regional de Sorocaba, extinta.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Carlos Kherlakian. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jethero de Faria Cardoso.

O SR. JETHERO DE FARIA CARDOSO — Sr. Presidente e Srs. deputados, a região bragantina continua assolada pelo chamado plano de ação. Vejam o que ocorre naquela região. Após evitarmos que o Estado emprestasse 60 milhões de cruzeiros à parastatária Empresa Elétrica Bragantina, que traz aquela região estagnada no progresso, conseguimos — dada uma campanha intensa em todas as camadas sociais e na imprensa, de Bragança arrastar o Executivo para interligar aquela região com um grande sistema de energia. Esse sistema (escolhido em virtude da negativa da Light em ligar por Mairiporã e da Cia. Paulista de Força e Luz, por Campinas) foi a solução mais cara; o da CHERP por Moji Mirim. Em todo o caso, interligou-se com um grande sistema, capaz de aduzir 20 mil quilowatts para a região. Acontece, porém, que a linha de distribuição da Empresa Elétrica Bragantina não suporta a tensão de cargas maiores.

Esta empresa deseja empréstimo do governo para grandes negócios, a título de ampliação ou distribuição, ou então que os gastos corram às expensas da Prefeitura, cujos cofres não os comportam. O fato é que a CHERP chegou em Bragança Paulista com uma linha de 132 mil volts e não distribui energia para Bragança, Mairiporã, Atibaia, Joanópolis, Piracaba, Perdões, etc. Com muito custo o D.A.E.E. tocou, a passo de cágado, uma linha de 33 mil volts para Atibaia. Mas em junho não ficará pronta, como era promessa eleitoral do Sr. Governador. E mais, instalaram um transformador em Bragança que rebaixa a tensão para 8 mil volts, não passando pelos 33 mil, que seriam a tensão distribuída para toda a região. Vemos, assim, que a Empresa Elétrica de Bragança Paulista de tal forma distorceu o problema, que não amplia, suas linhas, não distribui energia para Bragança, triplicou as tarifas, como demonstrarei desta tribuna, e ainda impede que a energia vá, com a rapidez que deve, para Atibaia, Joanópolis, Piracaba, Mairiporã, e assim sucessivamente. Enquanto isso, tudo fica na mesma, o Poder Executivo, o Prof. Carvalho Pinto aceita que a empresa eleve suas tarifas astronômicas, ira fazer correr, pelos cofres da municipalidade ou às expensas dessas tarifas elevadíssimas, o custo de mais 250 milhões de cruzeiros das linhas de alta tensão que ligam Moji Mirim a Bragança Paulista.

Vejam V. Exas. que o tal plano de ação assola a região bragantina, porque a energia, em vez de progresso passa a constituir ali um "retrocesso", triplica-se a tarifa e "não existe" energia na região bragantina.

Sr. Presidente, essa empresa parastatária deveria ter sido encampada para distribuição de energia determina a encampação da empresa do Sr. Cintra Gordinho. Foi votado por esta Casa. Vetado pelo Sr. Governador, foi o veto dado que determine imediatamente a encampação de Empresa de Energia Elétrica Bragantina, para que aquela região não retroceda com a chegada da energia do Estado, ao invés de progredir como todos esperamos.

Encampação da Empresa e rebaixa das tarifas impõe-se na região Bragantina.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior.

O SR. AVALONE JÚNIOR — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, Srs. deputados, o Presidente João Goulart, Ilustre Chefe da Nação, predecesse países. Sua viagem está marcada para os primeiros dias do próximo mês de abril. Há, em torno da viagem do Presidente aquelas nações, principalmente Estados Unidos, um ambiente de otimismo, inclusive nos meios parlamentares, tendo em vista os benefícios que, para o nosso País, poderão advir desse contato do Presidente Goulart com as altas autoridades norte-americanas. Na situação em que nos encontramos, com um "déficit" orçamentário que atinge a 327 bilhões de cruzeiros, não poderá o nosso governo deixar de recorrer a todos os meios de que possa dispor, para contensão desse "déficit" assustador. Sem que esses meios, naturalmente, façam arranhar a nossa soberania e os interesses fundamentais da Nação Brasileira. A viagem reveste-se, assim, de uma importância sem precedentes, mesmo porque, de acordo com as próprias palavras do Presidente Goulart, Sua Excelência manterá um "diálogo de base em nosso País e aos quais estão presos empreendimentos de reformas estrangeiras necessitando reformulações. A propósito do auxílio ao nosso País, previsto no grande plano do Presidente Kennedy para a América Latina, torna-se oportuna a opinião de um dos nossos mais conhecidos economistas quando diz que, apesar da boa vontade até aqui revelada por Washington ao Brasil, nada de concreto foi efetivado e os prognósticos dos benefícios da "Aliança Para o Progresso" são apenas lendários... Não é fora de dúvida, porém, que a viagem do Presidente Goulart está sendo considerada como a mais importante jamais feita por um chefe de Estado do Brasil, havendo possibilidade de se esquematizar um regime de cooperação entre as duas nações, capaz de fazer superar todas as incompreensões esboçadas nas relações do Brasil com os Estados Unidos. O Governo americano, demonstrando compreensão e desejo de colaborar, manifestou-se receptivo às propostas que levará o Presidente do Brasil e que poderão propiciar um convênio de ajuda técnica e financeira em níveis bastante elevados. Assim o julgamos, aguardando com profundo interesse e otimismo a viagem que iniciará, nos primeiros dias de abril o Presidente dos brasileiros à República dos Estados Unidos da América do Norte.

Outro assunto, Sr. Presidente e Srs. deputados, O drama, o doloroso drama argentino, continua emocionando a opinião pública mundial. Desde o instante em que se tornou conhecida a vitória peronista, em várias das principais províncias do país irmão, aí começaram cruciantes momentos de aflição para o povo argentino. E que as castas militaristas que detêm a direção do exército, da marinha e da aviação argentinas, em sua totalidade reacionárias, e cuja mentalidade em relação ao povo é cercada de preconceitos e discriminações mediavais, não ficaram satisfeitas com os resultados eleitorais, porque viram néles uma autêntica vitória da consciência civilista e democrática do seu povo. Distanciados deste, não lhe conhecendo a índole e as aspirações, vivem nos faustos de uma vida indolente que lhes é propiciada pela inérvia e a exploração desse mesmo povo, os "gorilas" ou os chefes militaristas encastelados na "torre de marfim" das forças armadas, fazem desse comando o trampolim da diladura e fazem por de conherer os princípios postulados nos direitos fundamentais do cidadão. Os povos sul-americanos, particularmente o Brasil, não podem, dessa forma, assistir indiferentes ao perigoso desfiladeiro a que foi atirada a nação argentina. Agora, empolgadas pelo delírio ditatorial, as castas militaristas já depuseram, pura e simplesmente, um governo livremente eleito através do voto. Pressionado de todas as formas, cercado de todos os lados pelas forças armadas, Frondizi chegou ontem ao seu fim, como chefe de governo da Argentina. E bem verdade que a culpa maior por esta situação coube, em última análise, ao próprio Frondizi. Eleito em 1958, pela esmagadora maioria do povo, principalmente pelos peronistas, em virtude do seu passado de militante nacionalista intransigente, no poder, Frondizi esqueceu suas imensas responsabilidades para com a Nação, cedendo aos "gorilas" inimigos do povo e claudicou em questões econômicas e financeiras que prejudicaram de modo terrível o seu país. Assim foi a sua política petrolífera. Cedendo em questão tão importante para a independência econômica do país, outras concessões lhe foram sendo exigidas. E, de concessão em concessão, chegaram à situação melancólica deste instante, sem ter mesmo por parte do povo aquela solidariedade ativa que vai até o sacrifício se necessário for, para garantir a majestade do regime representativo, como aconteceu em nosso país, no episódio da renúncia, em relação ao Presidente João Goulart. Entretanto, Srs. deputados, como democratas sinceros que somos, defensores intrans-